

INOVAÇÃO SOCIAL

Sem Estado não pode haver inovação social

Alterações demográficas, educação de adultos, crises energéticas e sustentabilidade da Segurança Social exigem novas respostas sociais, mas não de “subsistência”

Ana Brito

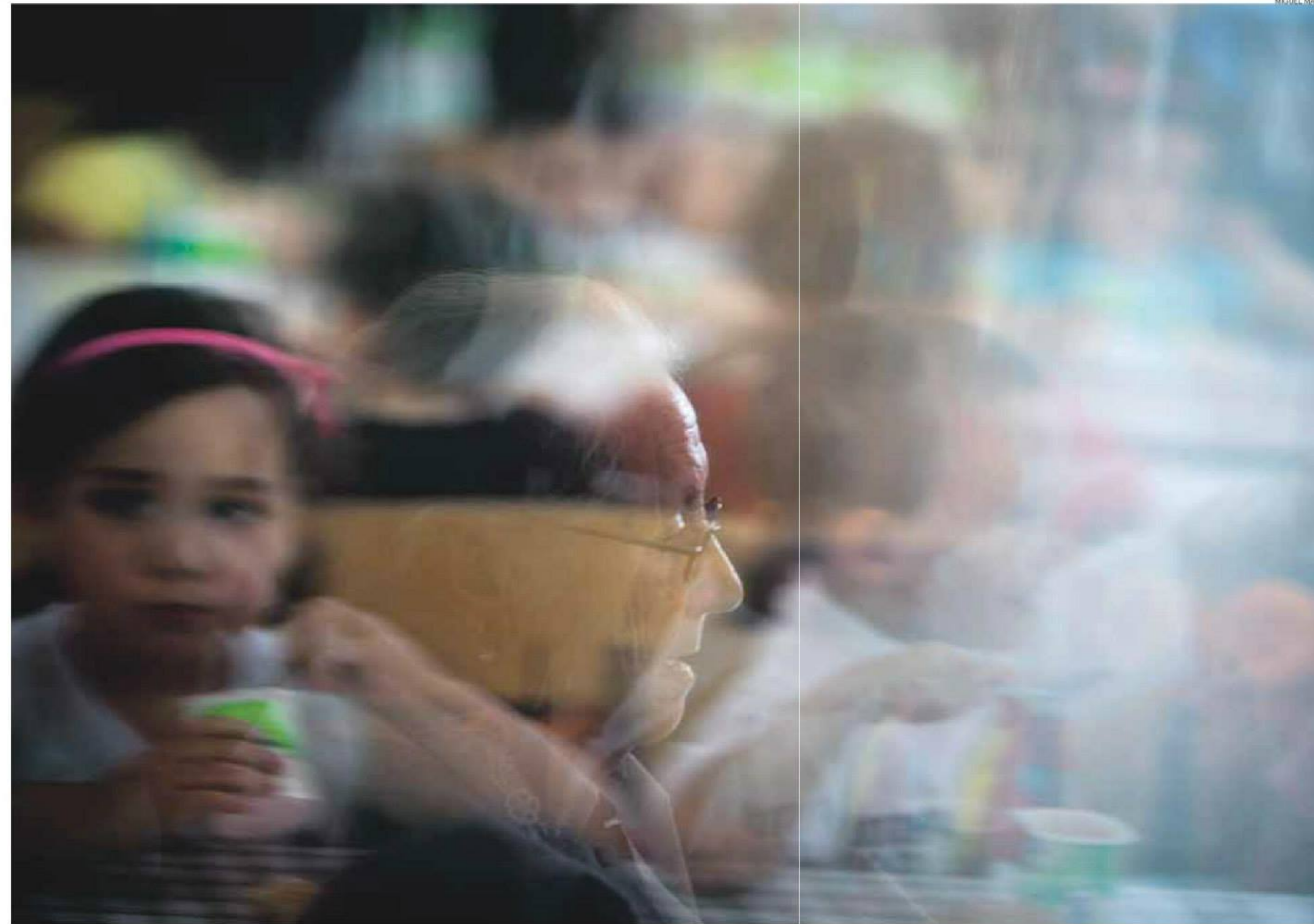
Muitas organizações sociais tomadas hoje como certas, dos jardins-de-infância aos sindicatos, dos sistemas públicos de ensino aos movimentos ecologistas, são produtos de profundas transformações dos últimos dois séculos e, à data da sua concepção, exemplos de inovação social.

Com estes e outros exemplos noutros domínios (saúde, combate ao desperdício, envelhecimento activo, cultura e requalificação do emprego), a sociedade vai encontrando respostas de integração e coesão social. Mas nem sempre é consensual a ideia de que transforma para melhor e a quem cabe esse papel.

Em épocas de crise, em que há menos e piores respostas públicas às novas realidades e necessidades da sociedade, a inovação social é frequentemente associada ao sector da

economia social. “Não é exclusiva de nenhuma área e tanto acontece nas organizações da economia social, no sector público e nas empresas privadas”, defende Américo Carvalho Mendes, docente da Faculdade de Economia da Universidade Católica do Porto. É quando consegue articular e atravessar todos os sectores que é realmente transformadora, pois “para haver verdadeira mudança, esta tem de ser transversal”. Ainda assim, o docente reconhece que “boa parte da inovação social acontece com o aparecimento das organizações da economia social”, que “são espaços privilegiados” para esta realidade.

Hoje, num contexto de crise económica, numa Europa onde existe um ambiente tendencialmente liberalizador, o discurso sobre inovação social surge não só encostado ao terceiro sector (economia social) como alinhado com a apologia da iniciativa privada e de uma sociedade civil mais activa e criativa. A



mensagem parece clara: se houver menos Estado, há mais espaço para o empreendedorismo e para inovar, em termos sociais também.

Para José Vieira da Silva, economista e deputado do PS, estes são “argumentos políticos de um discurso de centro-direita que usa conceitos como inovação e economia social como álibi para retirar o Estado da economia”. A fragilidade das respostas públicas “até pode fazer com que a sociedade civil se organize e crie associações com respostas inovadoras, mas a verdade é que mesmo estas são financiadas pelas autarquias, pelo que há sempre o casamento entre Estado e terceiro sector”. É esta “lógica de parceria múltipla”, onde também podem entrar as empresas privadas, “que é desejável, porque é a forma mais reprodutiva de utilizar recursos”, defende o ex-ministro.

“Que a sociedade civil seja mais proactiva, não é mau. Não pode ser argumento para o Estado se retirar”, defende Ana Luísa Marti-

inho. A investigadora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto lembra que, em épocas de crise, o terceiro sector é sempre chamado a intervir, porém, ao colocar-se toda a ênfase no empreendedorismo social, “diz-se que estamos satisfeitos com menos Estado”, quando na realidade é necessário “melhor articulação e mais parcerias”.

A redução do papel do Estado tem de ser discutida “em função de situações específicas e não com argumentos simplistas”, sublinha Américo Carvalho Mendes. No incentivo à inovação social “há Estado a menos” e as políticas “estão mal trabalhadas”. A começar pelo financiamento, “porque os processos de inovação social envolvem muito risco e incerteza e não geram logo recursos de autofinanciamento”. Numa fase seguinte, o Estado pode “ajudar o projecto a ganhar escala, através da legislação e das políticas de contratação pública, surgindo como comprador desses bens e serviços”.

António Bagão Félix acredita que o Estado, que deve ter “um papel supletivo e fazer bem aquilo que a sociedade não consegue”, pode dar um apoio selectivo a projectos, privilegiando as respostas mais inovadoras. Na maioria das vezes, há uma tendência para “gerir as situações por nivelamento”, não se atendendo às necessidades específicas de cada comunidade, indivíduo, ou família e mal gastando recursos. Lembra por isso a maior distribuição e proximidade das instituições locais, que podem evitar uma “repartição cega das respostas sociais”, e defende os apoios directos às pessoas e não às organizações, para que estas entrem numa lógica de competição, melhorando a qualidade dos serviços que prestam. O ex-governante define como “áreas-chave do processo de inovação social” as alterações demográficas, a solidão, a pobreza etária, a educação de adultos, a renovação urbana, os serviços de desenvolvimento local,

a infoexclusão, o auxílio aos jovens em idade escolar e a solidariedade inter-étnica, entre outras. “Tentar a melhor combinação possível entre recursos monetários e não monetários - como tempo, solidariedade e qualificações - deve ser a regra fundamental da economia social, sob pena de não ser sustentável”, sublinha Bagão Félix.

Manuel Carvalho da Silva, ex-secretário-geral da CGTP e investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, critica uma abordagem da inovação social que se restringe à procura de respostas para questões sociais novas quando na realidade se vive uma “harmonização social no retrocesso” e se transporta o conceito de inovação social “para noções de subsistência”.

“O que está a acontecer com a destruição do Estado social é que se despojam as pessoas dos seus direitos de cidadania”, defende o sociólogo. Num quadro em que

os indivíduos são colocados em situações de “carência extrema”, a inovação não pode ser senão uma “inovação regressiva, construída a partir de bases sociais de desigualdade, injustiça e exclusão”. Quando se permite que a sociedade “propositadamente empobreça e depois se arranja maneira de colmatar essas carências com instituições que fingem actuar sob a capa da inovação social”, estão-se a matar as verdadeiras condições para inovar, porque “a inovação social que é precisa é a inerente à cidadania social, é a das pessoas portadoras de direitos e responsabilidades”. O que é necessário é a inovação que enfrente os grandes bloqueios do mundo - como as crises energéticas e ambientais, o comércio internacional, as rupturas intergeracionais, as alterações demográficas ou a sustentabilidade da Segurança Social, entre outros - e não que venha para “servir políticas de austeridade”, reprova o ex-sindicalista.

A alteração demográfica que se verifica em Portugal coloca problemas que precisam de respostas novas

Empreendedorismo social: é hora de aprender a trabalhar em rede

Ana Brito

Falar em inovação social é falar também em empreendedorismo social. Se entendermos a inovação social como o processo de mudança, o empreendedorismo pode ser visto como a ferramenta que a torna possível - a mudança acontece graças à acção de várias iniciativas de empreendedorismo social. Mas um empreendedor social não pode ser confundido com um empreendedor comum. A missão nunca é a mesma. “O empreendedor típico quer gerar lucro e apropriar-se desse resultado, mas o empreendedor social procura criar valor social e económico, para o reinvestir na sua actividade e gerar mais valor social, mas para isso também tem de procurar a sustentabilidade do modelo de negócio”, explica Rita Megre, directora de formação e acompanhamento do Instituto de Empreendedorismo Social (IES).

O IES tem em curso o mapeamento dos projectos de empreendedorismo social em Portugal, o MIES, o primeiro do género no país, que inclui projectos que já estão assumidos como negócios sociais e outros que têm elevado potencial social. É que muitas vezes os empreendedores sociais não sabem que o são, ou que podem vir a sê-lo, refere. “Há pessoas que não sabem que o seu era um negócio social, outras que pensavam que tinham de ter um emprego e fazer voluntariado nos tempos livres e que descobrem que afinal podem fazer disto a sua vida, ou mesmo organizações sociais que começam a reinventar-se e a adquirir um perfil empreendedor”, explica. O certo é que “os números estão a crescer” e a expectativa do IES é que, até final de 2014, sejam identificadas cerca de 250 iniciativas de elevado potencial social.

Rita Megre acredita que o caminho passa por “criar um ecossistema de empreendedorismo social”, em que exista uma rede cada vez maior de contactos, de partilha de conhecimento e informação, que promova o encontro entre empreendedores e potenciais investidores e que seja transversal a várias áreas de actua-



O voluntariado nos tempos livres pode levar a uma nova ocupação

ção. É que na maioria das vezes o que é mesmo difícil no empreendedorismo social é “juntar os pequenos com os grandes”, ou seja, pôr em contacto quem tem as ideias, com quem tem a capacidade de assessorar tecnicamente, de financiar e dar escala aos projectos, sublinha a socióloga Helena Gata, directora da área nacional da ONG TESE - Associação para o Desenvolvimento Social, que desenvolveu o primeiro estudo sobre as necessidades sociais em Portugal. Ainda há muito traba-

de negócio, “pois estão mais conscientes de que é preciso passar de um paradigma assistencialista para um paradigma mais sustentável”, percebem que “têm de ser mais criativas, desenvolvendo serviços alternativos que gerem receita adicional e permitam maior autonomia”.

Ana Luísa Martinho, investigadora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e uma das fundadoras da A3S - Associação para o Empreendedorismo Social e a Sustentabilidade do Terceiro Sector, destaca ainda que se nota “uma articulação muito grande de organizações de diferentes áreas” e uma nova forma de abordar as problemáticas: “Passasse de uma gestão mais imediatista para uma gestão mais estratégica. Trabalham em rede, integrados em entidades mais amplas, como redes nacionais ou internacionais, e essa cooperação é crescente.”

Os negócios sociais procuram a sustentabilidade que lhes permita continuar a produzir impacto social

lho de sensibilização a fazer nesta área”, porque em inovação social “o *small is beautiful* não funciona”, diz a socióloga, notando que o Estado é um parceiro com capacidade para “enraizar e dar dimensão aos projectos”.

“De há dois anos para cá, o terceiro sector tem estado a organizar-se e a mudar.” Muitas instituições, mais dependentes do Estado, fecharam, e outras repensaram os seus modelos

de organizações de organizações do terceiro sector (integrada numa rede europeia) destinada a partilhar conhecimento e a criar um manual de governança para as instituições da economia social. “Queremos reunir as melhores práticas para ajudar estas organizações a serem mais profissionais, a aproveitarem os seus recursos da melhor maneira e a estarem prontas para inovar”, explicou Carlos Azevedo, director-geral da União Distrital das IPSS do Porto e presidente da rede.